



SILVIO CREPALDI

@professor.crepaldi

PLANEJAMENTO

TRIBUTÁRIO

TEORIA E PRÁTICA



SILVIO CREPALDI

Planejamento tributário no
**REGIME DE
TRIBUTAÇÃO PELO
LUCRO PRESUMIDO**

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

OBJETIVOS

Aprender as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/PASEP e da COFINS na modalidade de tributação pelo Lucro Presumido, de forma a possibilitar a opção menos onerosa para a empresa, dentro dos **limites legais** e dos **princípios éticos**, após a **Reforma Tributária**.

Criado pelo Decreto-Lei 5.844/1943;
IN RFB 1.700/2017;
Arts. 587 a 601, Decreto 9.580/2018
Lei 11.638/2007, Lei 12.973/2014





PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO no Regime do LUCRO PRESUMIDO após a Reforma Tributária

Um guia para navegar as mudanças e otimizar
sua estratégia fiscal no novo cenário brasileiro

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

LUCRO PRESUMIDO

Regime Simplificado

Cálculo do IRPJ e CSLL baseado em percentuais fixos sobre a receita bruta, eliminando a complexidade da apuração do lucro real.

Presunção de Lucro

A Receita Federal presume o lucro da empresa a partir da receita operacional bruta, sem necessidade de comprovação.

Elegibilidade

Empresas com faturamento até R\$ 78 milhões anuais podem optar por esse regime tributário.



Os percentuais variam conforme a atividade: de 1,6% para revenda de combustíveis até 32% para serviços profissionais especializados.

Percentuais de Presunção e Impostos Incidentes

Percentuais por Atividade

- Comércio, indústria e transporte: **8%**
- Serviços em geral: **16%**
- Serviços profissionais: **32%**
- Revenda de combustíveis: **1,6%**

Alíquotas dos tributos

- IRPJ: **15%** + adicional de 10%
- CSLL: **9%** sobre o lucro presumido
- PIS: **0,65%** do faturamento
- COFINS: **3%** do faturamento



O adicional de 10% do IRPJ incide apenas sobre o valor que exceder R\$ 20 mil mensais do Lucro Presumido.

Quem pode optar pelo Lucro Presumido?

O regime tributário do Lucro Presumido oferece uma alternativa simplificada para empresas que atendem critérios específicos de elegibilidade e atividade econômica.

Limite de Faturamento

Empresas com receita bruta anual até **R\$ 78 milhões** no ano-calendário anterior podem optar pelo regime.

Restrições de Composição

Vedado para empresas com sócios pessoa jurídica domiciliada no exterior ou que recebam rendimentos do exterior.

Atividades Permitidas

- Comércio e indústria
- Transporte de cargas
- Construção civil
- Serviços profissionais (advocacia, engenharia, contabilidade)
- Atividades rurais e hospitalares

Atividades Vedadas

- Instituições financeiras
- Seguradoras e previdência privada
- Locação de imóveis próprios
- Empresas públicas
- *Factoring* e outras específicas



PROFESSOR
Silvio Crepaldi

Regras e Restrições Essenciais



Percentuais de Presunção

Sistema que presume lucro com base em percentuais fixos sobre o faturamento, variando de **1,6% a 32%** conforme a atividade exercida pela empresa.



Regra de Transição

Empresas que ultrapassarem R\$ 78 milhões podem manter o regime até dezembro, mas devem **obrigatoriamente migrar** para Lucro Real no ano seguinte.



Obrigações Acessórias

Exige cumprimento da Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Fiscal Digital (EFD), mantendo a documentação fiscal organizada.

Principais Vantagens

- Simplificação no cálculo de IRPJ e CSLL
- Menor complexidade contábil comparado ao Lucro Real
- Previsibilidade tributária para planejamento

Recomendação Importante

Consulte sempre um Contador qualificado para avaliar se o Lucro Presumido é a melhor opção considerando o perfil e margem de lucro da sua empresa.

Lucro Presumido

praticidade e previsibilidade

Tributação baseada em margens de presunção fixas. Ideal para empresas de serviços, comércio e transporte com faturamento até R\$78M.



Simplificação Fiscal

Menos obrigações acessórias e apuração trimestral do IRPJ/CSLL.



Margens Fixas

8% comércio / 16% serviços / 32% para atividades específicas (advocacia, consultoria).




Custo-benefício tributário

Alíquotas IRPJ 15% + adicional 10% sobre o valor presumido, sem grandes ajustes.



Ideal para médias empresas

Perfeito para negócios com margem real próxima ou inferior à presunção.

 **Quando vale a pena?** Se sua empresa tem margem de lucro baixa ou média e faturamento controlado, o Lucro Presumido reduz burocracia e oferece segurança. Setores como clínicas médicas, engenharia e revenda são grandes candidatos.

Mudança do Lucro Real para o LUCRO PRESUMIDO

Compreender as diferenças fundamentais entre os regimes de apuração do IRPJ e CSLL é essencial para uma gestão tributária eficiente.

A escolha CORRETA entre Lucro Real e Lucro Presumido impacta diretamente a carga tributária e os controles fiscais da empresa.

Lucro Real

Apuração baseada no resultado contábil ajustado, permitindo dedução de todas as despesas necessárias à atividade empresarial.

Lucro Presumido

Apuração simplificada com base em percentuais de presunção sobre a receita bruta, oferecendo menor complexidade operacional.





Procedimentos para Mudança de Regime

01

Manifestação da Opção

A escolha deve ser manifestada no início do ano fiscal através do recolhimento da primeira guia de IRPJ/CSLL utilizando o código específico do Lucro Presumido.

02

Prazo Legal

O prazo para manifestação da opção é até o último dia útil de abril do ano-calendário, sendo fundamental respeitar esta data.

03

Limitações Temporais

A mudança de regime só pode ser realizada uma vez por ano, salvo exceções previstas em lei, exigindo planejamento cuidadoso.

04

Análise Prévia

É necessário realizar planejamento tributário e análise contábil detalhada para evitar erros e obrigações fiscais indevidas.

Importante: A mudança inadequada de regime pode resultar em ônus tributário desnecessário ou descumprimento de obrigações fiscais.

LUCRO ARBITRADO

Entenda o que é e quando é aplicado pela Receita Federal

O **LUCRO ARBITRADO** é uma forma de apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL utilizada quando a empresa não consegue comprovar adequadamente seu lucro real ou presumido. Trata-se de um mecanismo de controle fiscal previsto na legislação tributária brasileira.



Quando é Aplicado

Casos de fraudes, omissão de documentos, escrituração fiscal inadequada ou ausência de livros contábeis obrigatórios.



Base Legal

Previsto na Lei nº 8.981/95, Lei nº 9.430/1996, RIR/2018 e demais normas do sistema tributário nacional.



Autoridade Competente

A Receita Federal do Brasil é responsável pela aplicação e fiscalização do lucro arbitrado.

Hipóteses e Funcionamento do LUCRO ARBITRADO

O regime de **LUCRO ARBITRADO** é aplicado em situações específicas onde há comprometimento da confiabilidade das informações fiscais. Conheça as principais hipóteses e como funciona o cálculo:

01

Identificação de Irregularidades

Falhas na escrituração fiscal ou contábil, indícios de fraudes, omissões deliberadas, perda ou extravio de documentos, ou apresentação de informações incompatíveis com a realidade econômica.

02

Aplicação de Percentuais

O cálculo é realizado pela autoridade fiscal ou pelo próprio contribuinte, aplicando percentuais específicos sobre a receita bruta conhecida ou estimada do período.

03

Majoração Punitiva

O valor do lucro arbitrado costuma ser aproximadamente 20% superior ao lucro presumido, refletindo o caráter punitivo e cautelar deste regime tributário.

❏ **Importante:** O lucro arbitrado busca preservar a arrecadação tributária em situações onde a fiscalização não pode confiar nos registros contábeis da empresa.



Importância do Planejamento Tributário

01

Redução Legal de Tributos

O planejamento tributário permite reduzir legalmente a carga fiscal, postergar ou eliminar tributos desnecessários.

02

Análise do Perfil Empresarial

A escolha do regime deve considerar o perfil da empresa, margem de lucro real e atividade econômica específica.

03

Vantagem Competitiva

Empresas com alta lucratividade podem economizar significativamente optando pelo Lucro Presumido em vez do Lucro Real.

04

Conformidade Fiscal

Atenção à classificação correta das receitas e atividades para aplicar percentuais adequados e evitar autuações fiscais.

Dicas Práticas para um Planejamento Eficiente



Avaliação Trimestral

Monitore trimestralmente o faturamento e margem de lucro para confirmar se o Lucro Presumido continua sendo a opção mais vantajosa.



Acompanhamento Legal

Mantenha-se atualizado sobre mudanças na legislação tributária e alterações nos percentuais de presunção estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.



Assessoria Especializada

Conte com assessoria contábil especializada para evitar erros na apuração, recolhimento e cumprimento das obrigações acessórias.



Análise de Impactos

Considere o impacto dos **tributos cumulativos** (PIS/COFINS) versus **não cumulativos** em outras operações da empresa.



LUCRO PRESUMIDO como ferramenta estratégica



Simplicidade Operacional

O Lucro Presumido oferece simplicidade administrativa e potencial significativo de economia tributária para empresas elegíveis.



Maximização de Resultados

Um planejamento tributário bem estruturado maximiza a lucratividade líquida e minimiza os riscos fiscais operacionais.



Investimento Inteligente

Invista em conhecimento especializado e suporte técnico qualificado para tomar decisões fiscais seguras e estratégicas.

Perguntas? Vamos juntos otimizar a gestão tributária da sua empresa e transformar o planejamento fiscal em vantagem competitiva!

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: como economizar?



Análise do Percentual

Avalie se o percentual de presunção é adequado ao **lucro real** da sua empresa para evitar tributação excessiva.



Simulação de Regimes

Compare regularmente com **Lucro Real** e Simples Nacional para identificar o mais vantajoso.



Localização Estratégica

Analise a possibilidade de redução do **ISS** ou escolha de município com alíquota menor.



Consultoria Especializada

Conte com especialistas para ajustar o regime conforme **crescimento** e mudanças na atividade.

Contexto e Panorama da Reforma Tributária

Compreenda o marco histórico que transformou o sistema fiscal brasileiro e seus impactos diretos nas empresas optantes pelo **LUCRO PRESUMIDO**



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

A REFORMA TRIBUTÁRIA: um marco no Sistema Fiscal Brasileiro



A **Lei Complementar nº 224/2025**, sancionada em dezembro de 2025, representa uma das mais significativas **mudanças no sistema tributário brasileiro** das últimas décadas.

Objetivo central: redução de incentivos fiscais e aumento da arrecadação para equilibrar as contas públicas.

O impacto é direto e imediato em regimes simplificados, com especial foco no Lucro Presumido, que até então era visto como **alternativa de gestão**, não como benefício fiscal.



Sanção Histórica

LC 224/2025 aprovada
em dezembro

Nova Era Fiscal

Fim dos incentivos fiscais
lineares e simplificados

Impacto Imediato

Vigência a partir do primeiro trimestre de 2026

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Por que o LUCRO PRESUMIDO foi afetado?

Percepção Anterior

Regime simplificado para facilitar a gestão tributária de médias empresas

1

2

Nova Interpretação

Governo passa a tratar como privilégio fiscal que deve ser reduzido

Ajuste Técnico

Aumento da base de cálculo para aproximar carga tributária do Lucro Real

3

Estatísticas de Impacto

1.5M

Empresas Afetadas

Total de empresas no Lucro Presumido impactadas pelas mudanças

5M

Piso de Faturamento

Receita anual em reais que marca o início da majoração

34.3B

Meta Fiscal

Superávit governamental projetado para 2026 em reais

Mudanças Legais e Técnicas no LUCRO PRESUMIDO

Entenda as alterações estruturais nos percentuais de presunção e como elas impactam o cálculo trimestral dos tributos



O que mudou na base de presunção?

1

Acréscimo de 10%

Percentuais de presunção aumentam para receita acima de R\$ 5 milhões anuais

2

Serviços: de 32% para 35,2%

Aplicado apenas sobre a parcela que exceder o limite de R\$ 5 milhões

3

Comércio/Indústria: de 8% para 8,8%

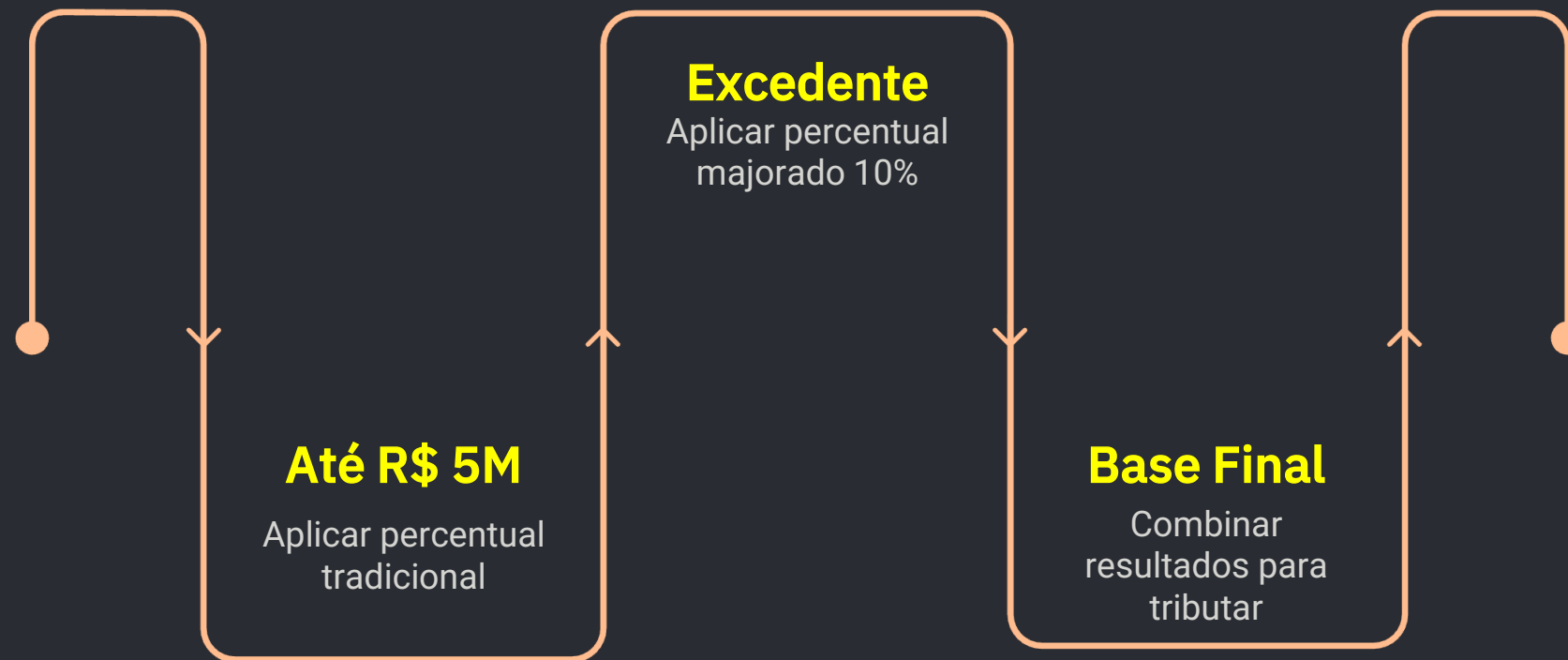
Majoração proporcional mantém lógica diferenciada por atividade

Impacto do novo percentual de presunção do Lucro Presumido

Simulação de impacto no **setor de serviços**

Antes		Depois da LC 224/25	
		Aumento de 10% ↑	
Base de presunção (IRPJ + CSLL)	32%	Base de presunção (IRPJ + CSLL)	35,2%
IRPJ (15%)	4,8%	IRPJ (15%)	5,28%
Adicional IRPJ (10%)	3,2%	Adicional IRPJ (10%)	3,52%
CSLL (9%)	2,88%	CSLL (9%)	3,17%

Regra do teto e cálculo híbrido



Como funciona na prática

- **Receita até R\$ 5 milhões**: percentual tradicional sem alterações
- **Receita acima de R\$ 5 milhões**: percentual majorado em 10% sobre o excedente
- **Aplicação trimestral**: limite proporcional de R\$ 1,25 milhão por trimestre

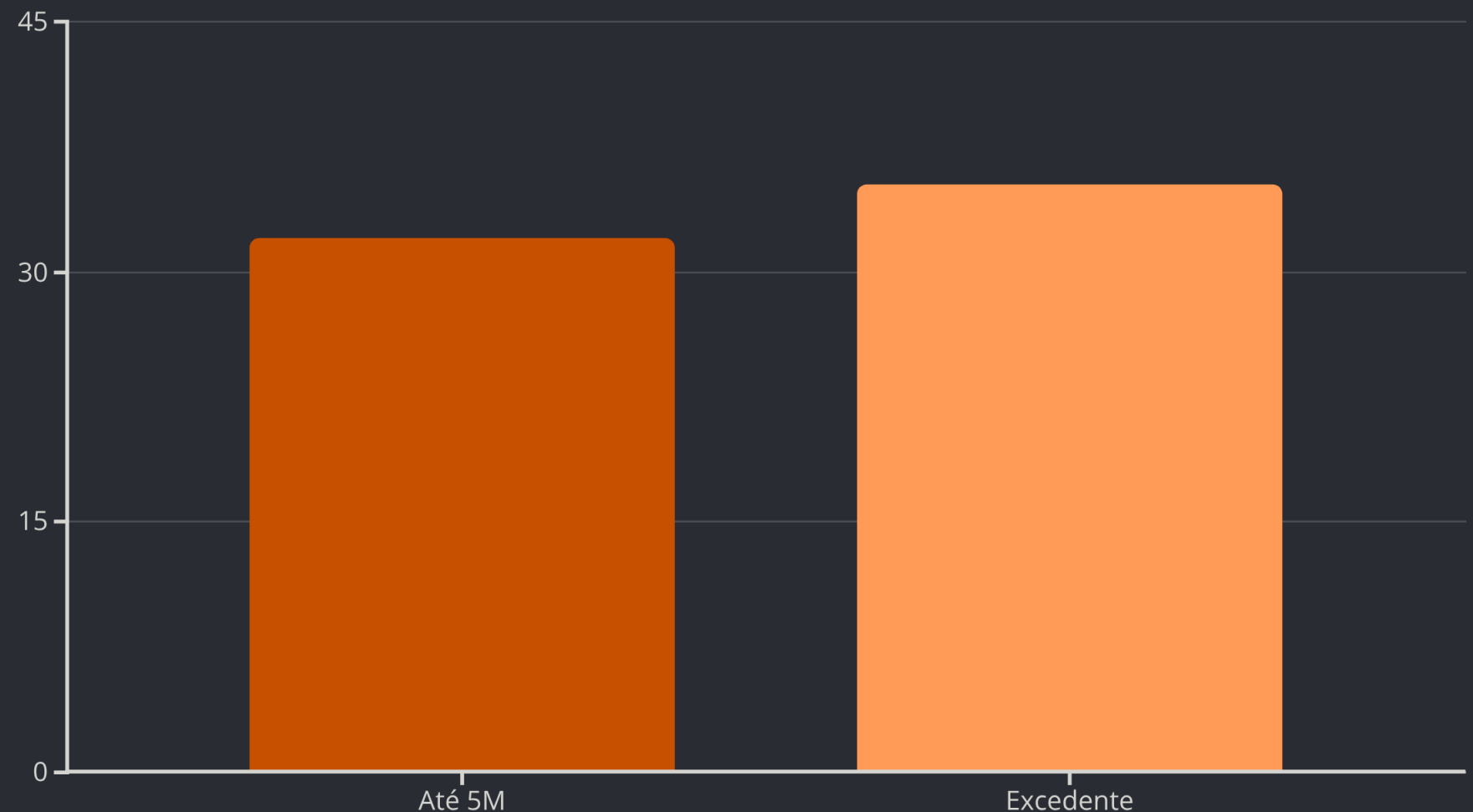
Esta sistemática híbrida garante que empresas menores permaneçam inalteradas enquanto as maiores contribuem proporcionalmente mais.

Visualização do Cálculo Híbrido

O gráfico demonstra como a base de cálculo é construída de forma progressiva, respeitando faixas de faturamento distintas.

Faixa 1 (até R\$ 5 milhões): mantém percentuais históricos estabelecidos pela legislação anterior

Faixa 2 (excedente): adiciona majoração de 10% exclusivamente sobre o valor que ultrapassar o limite



Antecipação da incidência e acompanhamento trimestral

1

Monitoramento Trimestral

Excedente pode ser tributado já no trimestre em que ultrapassa R\$ 1,25 milhão

2

Recolhimento Antecipado

Mesmo que receita anual fique abaixo de R\$ 5 milhões, pode haver cobrança antecipada

3

Ajuste Final

Compensação ou restituição no último trimestre do ano para corrigir distorções

Normas Complementares

Arcabouço regulatório completo

Decreto nº 12.808/2025

Detalha a majoração dos percentuais e define critérios técnicos de aplicação

IN RFB nº 2.305/2025

Regulamenta o acompanhamento trimestral, compensações e ajustes ao longo do ano fiscal



PROFESSOR

Silvio Crepaldi



Impactos Práticos para as Empresas

Descubra como as mudanças afetam diferentes perfis empresariais e quais setores sofrem maior pressão tributária

Quem é mais afetado?



Prestadoras de Serviços

Empresas com margens apertadas sofrem impacto direto pelo alto percentual de presunção



Médias Empresas

Faturamento entre R\$ 5 milhões e R\$ 78 milhões enfrenta zona crítica de majoração



Receita Irregular

Negócios com sazonalidade podem acionar majoração trimestral inesperadamente

Exemplo prático de cálculo antes e depois da reforma

Cenário: Empresa de Serviços

Receita anual: R\$ 6 milhões

Atividade: Prestação de serviços

Presunção tradicional: 32%

Antes da Reforma

Base = R\$ 6M × 32% = **R\$ 1,92M**

Depois da Reforma

Base = (R\$ 5M × 32%) + (R\$ 1M × 35,2%)

Base = R\$ 1,6M + R\$ 352 mil = **R\$ 1,952M**

Aumento de R\$ 32 mil na base tributável

Impacto Financeiro

O aumento da base tributável resulta em:

- Maior IRPJ a recolher
- Maior CSLL devida
- Redução da margem líquida
- Necessidade de ajuste no fluxo de caixa

Conclusão: O impacto pode parecer pequeno percentualmente, mas acumula-se significativamente ao longo do tempo.

Comparativo de Carga Tributária

Análise detalhada IRPJ e CSLL

A tabela ao lado demonstra o impacto real nos tributos federais para uma empresa de serviços com receita de R\$ 6 milhões anuais.

IRPJ: Imposto de Renda Pessoa Jurídica calculado sobre a base presumida (15% + adicional de 10% sobre excedente de R\$ 60 mil trimestral)

CSLL: Contribuição Social sobre Lucro Líquido com alíquota de 9% sobre a base presumida

O incremento pode comprometer até 3% da margem operacional em alguns segmentos.

Tributo	Antes	Depois
Base de Cálculo	R\$ 1,92M	R\$ 1,952M
IRPJ (15%)	R\$ 288 mil	R\$ 292,8 mil
CSLL (9%)	R\$ 172,8 mil	R\$ 175,7 mil
Total	R\$ 460,8 mil	R\$ 468,5 mil
Aumento		R\$ 7,7 mil

Consequências financeiras

Menos Atrativo

Lucro Presumido
perde apelo para
grandes
empresas.

Tributação Maior

Aumenta a carga
efetiva de
impostos.

Revisão Urgente

É necessária
reformulação do
planejamento
fiscal.



Estratégias de PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO Pós-Reforma

Conheça as principais táticas para minimizar impactos e manter a competitividade no novo ambiente tributário

Revisão do enquadramento tributário



Avaliar migração para Lucro Real

Especialmente em casos de margens líquidas baixas onde despesas dedutíveis podem compensar



Simulações trimestrais

Realizar projeções a cada trimestre para decisão informada e tempestiva



Monitoramento da receita

Acompanhamento constante da receita acumulada para evitar surpresas fiscais

Otimização da estrutura de custos e despesas

Gestão estratégica de custos

A reavaliação profunda da estrutura de custos torna-se essencial para manter competitividade.

Folha de pagamento: Avaliar benefícios, modelos de contratação e terceirização quando aplicável

Despesas operacionais: Controle rigoroso para aproveitamento máximo no Lucro Real

Margens no Presumido: Planejamento para evitar margens apertadas que tornem o regime desvantajoso

Uso de incentivos fiscais remanescentes

01

Identificação dos benefícios vigentes

Mapear todos os incentivos fiscais que ainda permanecem após a reforma

02

Planejamento de aproveitamento máximo

Dentro da nova regra de redução de 10%, explorar todos os benefícios disponíveis

03

Atenção aos prazos e metas

Cumprir rigorosamente requisitos da LRF para garantir manutenção dos benefícios



PLANEJAMENTO é a chave para a sobrevivência tributária

No novo cenário pós-reforma, empresas que investem em **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO** ganham vantagem competitiva decisiva

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Ferramentas e tecnologias para controle tributário



Softwares de gestão fiscal

Sistemas com acompanhamento trimestral automatizado, alertas de limites e cálculos precisos da majoração



Consultorias especializadas

Apoio de especialistas para simulações complexas, análise de cenários e tomada de decisão estratégica



Capacitação da equipe

Treinamento contínuo da equipe contábil nas novas regras, procedimentos e melhores práticas fiscais



Casos Reais e Estudos de Caso

Aprenda com exemplos práticos de empresas que enfrentaram as mudanças e as estratégias adotadas

Caso 1: Empresa de serviços com receita de R\$ 7 milhões



Perfil da Empresa

Setor: Consultoria empresarial

Receita anual: R\$ 7 milhões

Margem líquida anterior: 15%

Desafios Enfrentados

- Impacto direto no aumento da base de cálculo em R\$ 2 milhões excedentes
- Ajustes no fluxo de caixa para pagamento antecipado trimestral
- Risco de redução de margem para 12,5%

Solução Adotada

Após simulações detalhadas comparando Lucro Presumido e Lucro Real, a empresa optou por migrar para Lucro Real, aproveitando dedução de despesas operacionais elevadas.

Caso 2: Indústria com receita irregular ao longo do ano

Perfil da Empresa

Sector: Indústria de produtos sazonais

Receita anual: R\$ 6,5 milhões

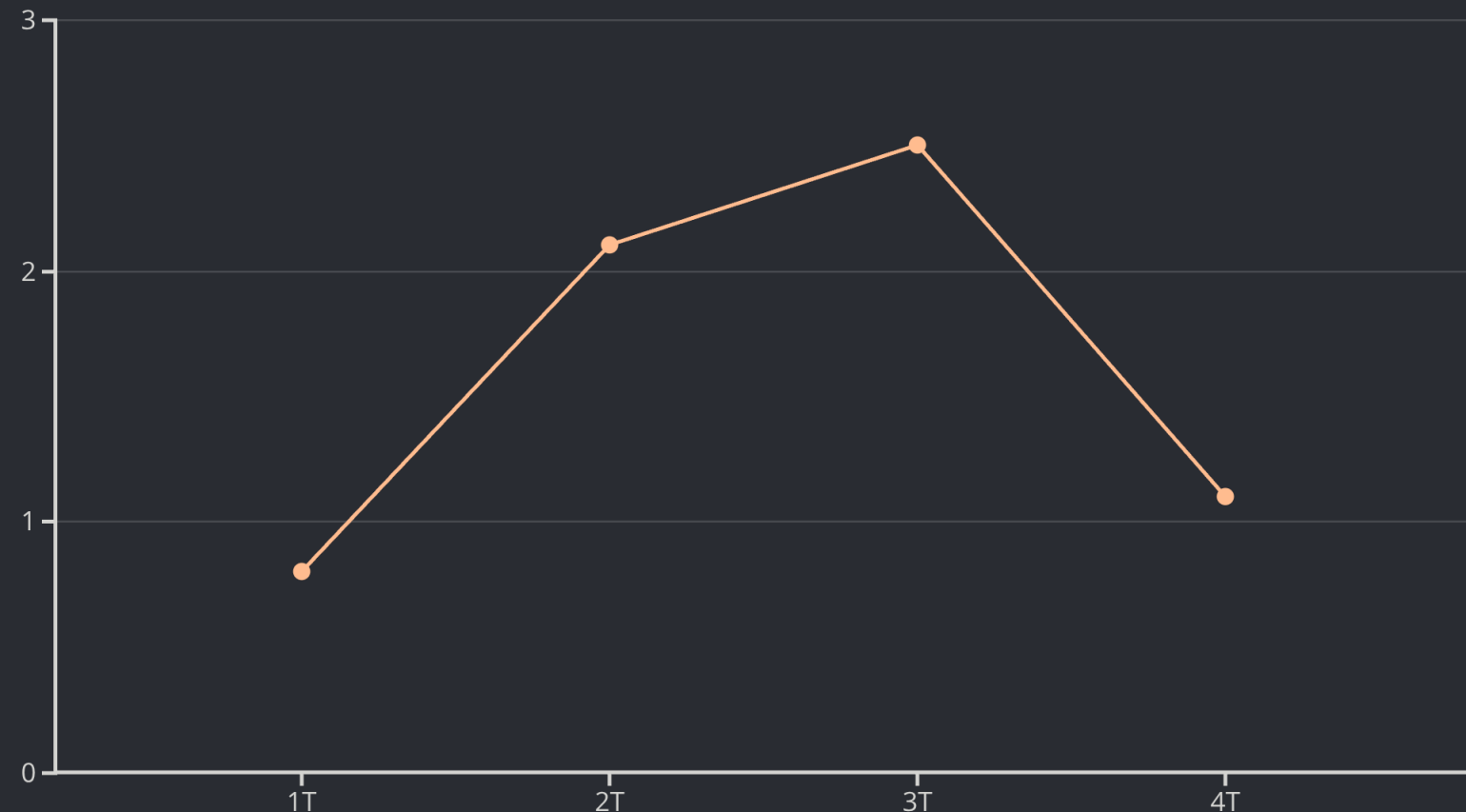
Sazonalidade: 60% da receita no 2º e 3º trimestres

Desafios Enfrentados

Excedente trimestral de R\$ 1,25 milhão ativou majoração no 2º trimestre, muito antes do esperado, criando necessidade de provisão financeira urgente.

Solução Adotada

Implementou sistema de provisão mensal para tributos e utilizou compensação no último trimestre para ajustar diferenças. Manteve-se no Lucro Presumido com controle rigoroso.



Caso 3: Pequena empresa com receita abaixo de R\$ 5 milhões

Perfil

Comércio varejista com receita estável de R\$ 4,2 milhões anuais

Impacto da Reforma

Mantém regime tradicional sem alterações, pois não ultrapassa o limite de R\$ 5 milhões

Estratégia Adotada

Planejamento ativo para não ultrapassar limite e evitar majoração, incluindo controle rigoroso de expansão

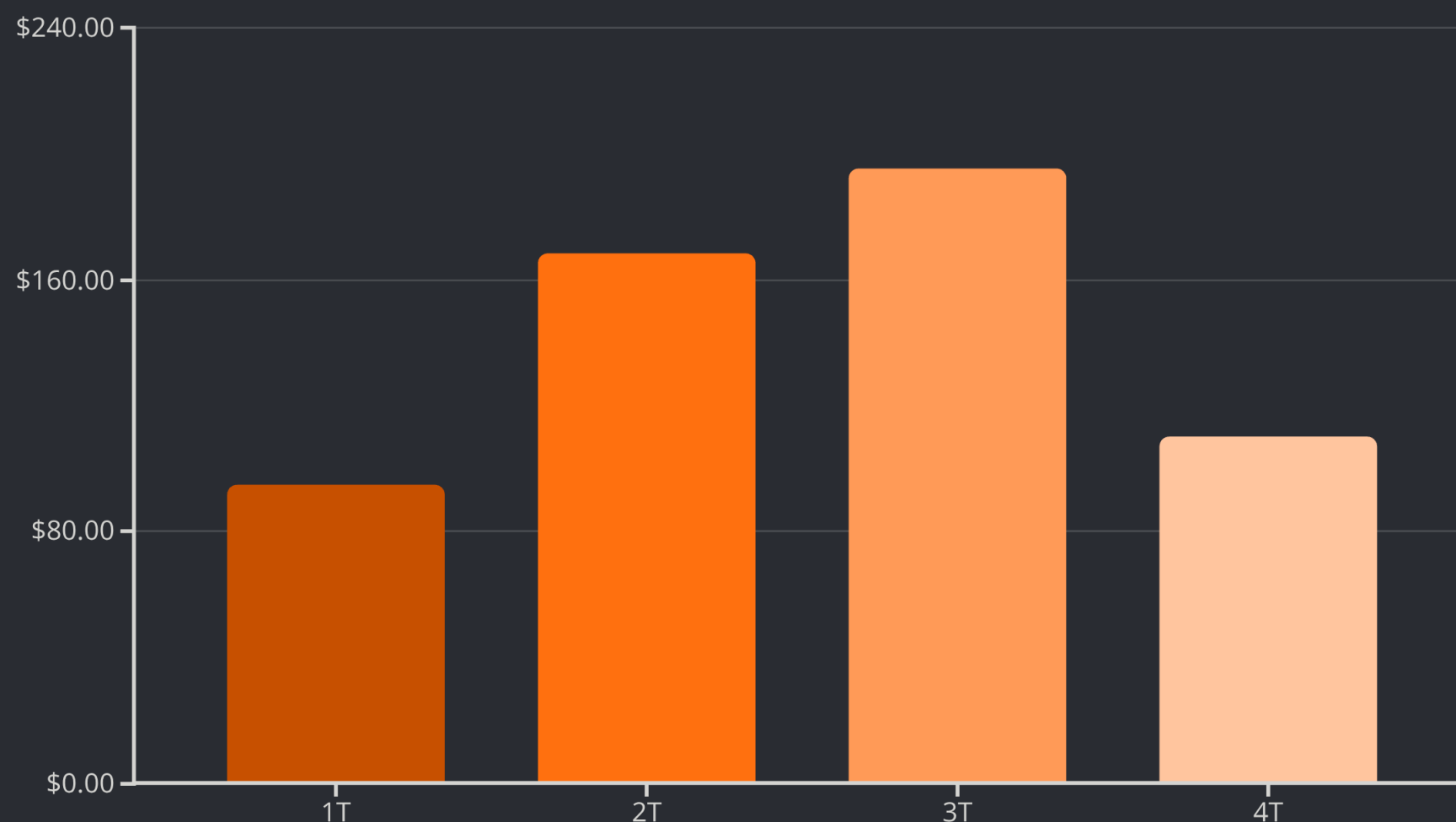
Impacto Trimestral no Fluxo de Caixa

O gráfico demonstra como a majoração trimestral afeta o fluxo de caixa de empresas com receita irregular.

Trimestres 1 e 4: Carga tributária normal, fluxo de caixa positivo

Trimestres 2 e 3: Acionamento da majoração gera desembolso extra significativo

Esta variabilidade exige provisões financeiras adequadas e planejamento antecipado para evitar problemas de liquidez.





Desafios e Oportunidades no Novo Cenário Tributário

Toda mudança traz obstáculos, mas também abre portas para quem está preparado.
Descubra ambos os lados

Desafios

Complexidade no acompanhamento fiscal

Monitoramento trimestral exige sistemas mais sofisticados e equipe qualificada para interpretação correta das regras

Risco de recolhimento indevido

Possibilidade de pagamento a maior em trimestres iniciais com necessidade de recuperação posterior

Pressão sobre margens e competitividade

Aumento de carga tributária pode comprometer margens operacionais e capacidade de competir em preço

Oportunidades



Profissionalização da gestão

Incentivo para estruturar processos de gestão tributária de forma mais profissional e estratégica



Melhoria na análise financeira

Necessidade de dados precisos impulsiona qualidade das informações e tomada de decisão



Planejamento mais eficiente

Empresas que investem em planejamento ganham vantagem competitiva sobre concorrentes despreparados

Aspectos jurídicos e possibilidades de questionamento



PROFESSOR
Silvio Crepaldi

Debate jurídico em andamento

A reforma gerou controvérsias importantes no meio jurídico tributário que podem resultar em ações judiciais:

- **Equiparação questionável:** Debate sobre tratar Lucro Presumido como benefício fiscal
- **Sistemática trimestral:** Controvérsias sobre a forma de majoração por trimestre
- **Ações de repetição:** Possibilidade de recuperação judicial de valores pagos a maior

Empresas devem acompanhar jurisprudência e considerar assessoria jurídica especializada.

Recomendações Finais para Empresas e Gestores

Ações práticas e imediatas para navegar com
sucesso no novo ambiente tributário



PROFESSOR
Silvio Crepaldi

Inicie simulações comparativas imediatamente

1

Use dados reais

Base suas simulações em números históricos da empresa e projeções realistas

2

Faça projeções trimestrais

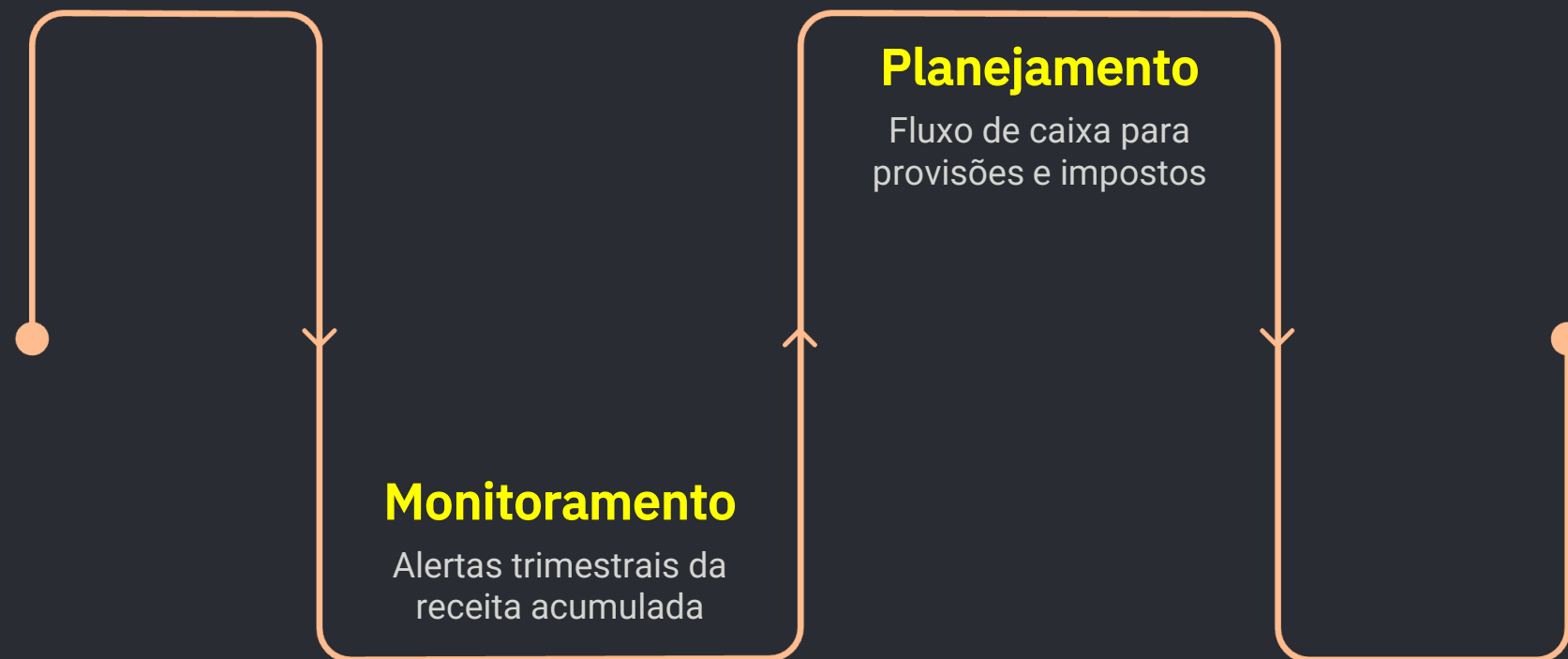
Analise impacto trimestre a trimestre, não apenas anual

3

Compare regimes

Considere cenários de migração para Lucro Real com análise criteriosa

Reforce o controle financeiro e fiscal



Disciplina e controle são essenciais

O novo regime exige mudança de mentalidade e processos mais rigorosos.

Monitoramento da receita: Sistema de alertas quando aproximar dos limites trimestrais

Fluxo de caixa: Provisionar mensalmente para tributos, evitando surpresas

Revisões periódicas: Avaliar a cada trimestre se o regime ainda é vantajoso

Invista em capacitação e consultoria especializada

Atualização constante

Legislação tributária evolui rapidamente; equipe precisa estar sempre atualizada sobre novas normas e interpretações

Apoio técnico especializado

Consultoria externa garante adaptação rápida e segura, evitando erros custosos e aproveitando oportunidades

Equipe preparada, empresa segura

INVESTIR NAS PESSOAS é investir no futuro da empresa. Capacitação é a base da excelência tributária



PROFESSOR

Silvio Cherpaldi



Perguntas Frequentes e Mitos sobre o Lucro Presumido

Esclarecemos as principais dúvidas e desfazemos equívocos comuns sobre a reforma tributária

Mito 1: "A alíquota do IRPJ aumentou"

MITO

As alíquotas aumentaram para todas as empresas



REALIDADE

As alíquotas de IRPJ (15% + 10% adicional) e CSLL (9%) permanecem exatamente as mesmas.

O que mudou: A base de cálculo aumentou para receitas acima de R\$ 5 milhões anuais, através da majoração de 10% nos percentuais de presunção.

Resultado: você paga a mesma alíquota sobre uma base maior, não uma alíquota maior.

Mito 2: "Todas as empresas no Lucro Presumido serão prejudicadas"

MITO

Todas as empresas optantes pelo Lucro Presumido sofrerão impacto



REALIDADE

Apenas empresas que faturam acima de R\$ 5 milhões anuais e excedem o limite trimestral de R\$ 1,25 milhão são afetadas pela majoração.

Empresas preservadas:

- Faturamento anual até R\$ 5 milhões: regras tradicionais mantidas
- Receita trimestral até R\$ 1,25 milhão: sem majoração naquele trimestre

A maioria das pequenas empresas continua operando normalmente.

Mito 3: "Não há como recuperar valores pagos a maior"

MITO

Valores recolhidos antecipadamente estão perdidos definitivamente



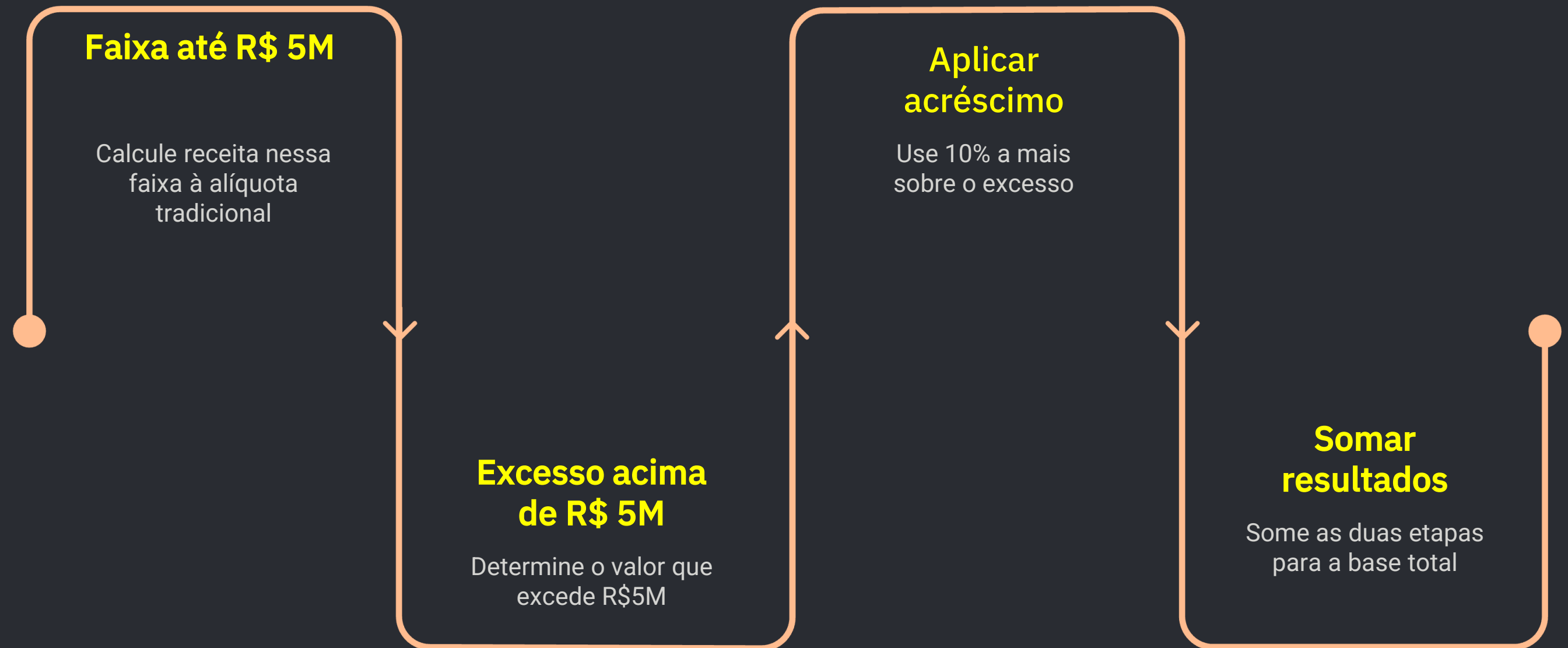
REALIDADE

A Instrução Normativa RFB nº 2.305/2025 estabelece claramente mecanismos de ajuste.

Possibilidades de recuperação:

- **Compensação:** no último trimestre do ano, ajuste automático de valores pagos antecipadamente
- **Restituição:** quando receita anual final não justificar a majoração aplicada em trimestres anteriores
- **Crédito tributário:** pode ser usado para abater tributos futuros

Pergunta: Como calcular a base de presunção híbrida?



PERGUNTA: Quando devo considerar migrar para o Lucro Real?

1

Margens efetivas baixas

Quando seu lucro real é significativamente menor que a base presumida calculada

2

Receita acima de R\$ 5 milhões

Com alta folha de pagamento, despesas operacionais e custos dedutíveis elevados

3

Prejuízos acumulados

Possibilidade de compensar prejuízos fiscais de anos anteriores

Cenários Futuros e Tendências Tributárias

Antecipe as próximas transformações do sistema tributário e prepare-se para o futuro



Continuidade da redução de incentivos fiscais

Tendência de longo prazo

A reforma de 2026 não é um evento isolado, mas parte de uma estratégia mais ampla do governo federal.

Expectativas para os próximos anos:

- Novas medidas para equilibrar contas públicas
- Revisão de outros benefícios fiscais setoriais
- Possível elevação gradual dos limites de majoração
- Fiscalização mais rigorosa e tecnológica

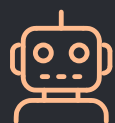
Empresas devem se preparar para um ambiente de contínua mudança tributária.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Digitalização e automação fiscal



Inteligência Artificial

Uso crescente de IA para compliance automático, detecção de inconsistências e planejamento preditivo



Sistemas em Nuvem

Migração para plataformas cloud que integram contabilidade, fiscal e gestão em tempo real



Analytics Avançado

Business intelligence aplicado à gestão tributária para identificar oportunidades e riscos

Pressão por simplificação tributária

Movimento de longo prazo

Paralelamente ao aumento de complexidade pontual, existe pressão social e empresarial por simplificação.

Possíveis direções futuras:

- Reforma ampla para unificação de tributos (IVA brasileiro)
- Redução de regimes especiais e tratamentos diferenciados
- Padronização de bases de cálculo e alíquotas
- Digitalização completa de obrigações acessórias





O futuro do PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO é tecnológico

Empresas que investirem em tecnologia fiscal terão vantagem competitiva decisiva na próxima década

PROFESSOR

Silvio Crepaldi



Conclusão e Chamado à Ação

Hora de transformar conhecimento em ação e garantir o sucesso da sua empresa no novo cenário

A Reforma Tributária exige adaptação rápida e estratégica

Lucro Presumido perde atratividade

Para empresas maiores, o regime deixa de ser a opção automática e requer análise criteriosa



Planejamento é essencial

Minimizar impactos exige planejamento tributário ativo, proativo e baseado em dados

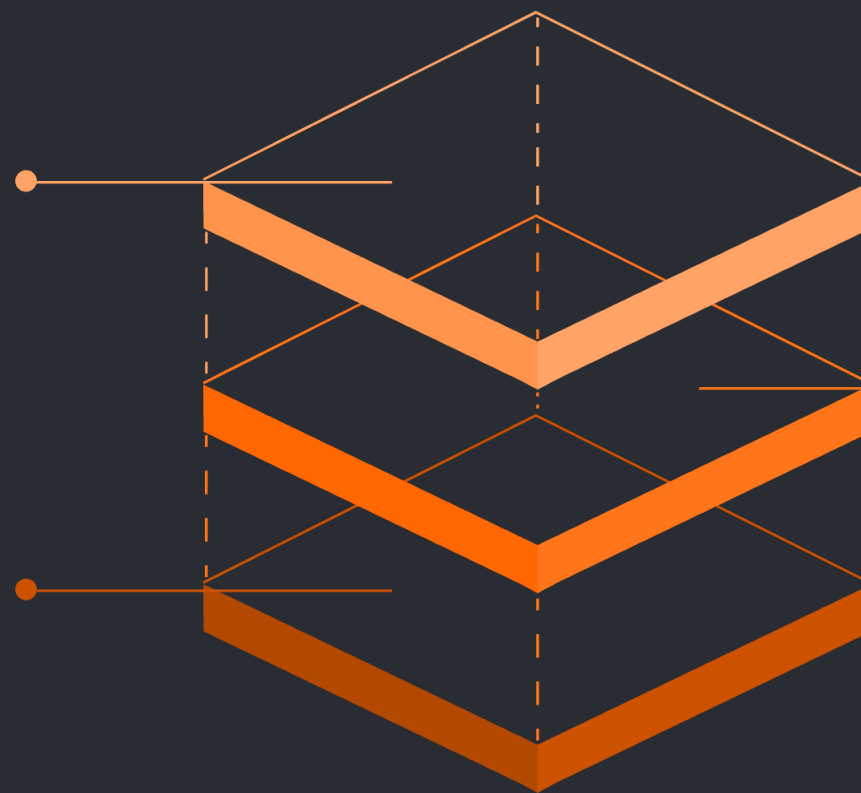
Não deixe para depois: comece agora a revisão do seu REGIME TRIBUTÁRIO

Ajustar Controles

Reforçar gestão financeira já

Comparar Lucros

Presumido vs Real: rodar cenários



Consultar Especialistas

Assessoria tributária personalizada

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

O sucesso financeiro depende da antecipação e do controle

Análise

Avaliação contínua do cenário tributário

Controle

Monitoramento trimestral e correções



Estratégia

Planejamento baseado em dados e simulações

Execução

Implementação ágil de ajustes necessários

Empresas que dominam este ciclo conquistam vantagem competitiva sustentável no novo ambiente tributário.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO no LUCRO PRESUMIDO após a Reforma Tributária

Estratégias numéricas para otimizar sua carga fiscal e maximizar a economia no novo cenário tributário brasileiro

Contexto da Reforma Tributária no LUCRO PRESUMIDO

A partir de 2026, o cenário tributário brasileiro passa por mudanças significativas para empresas optantes pelo Lucro Presumido.

Empresas com **receita bruta anual acima de R\$ 5 milhões** terão acréscimo de 10% na base de presunção para IRPJ e CSLL sobre o valor excedente a esse limite.

Os percentuais originais são mantidos até R\$ 5 milhões; acima disso, aplicam-se percentuais majorados que impactam diretamente a carga tributária.



Impacto Prático da Mudança

Exemplo de Empresa de Serviços

Receita Bruta Anual

R\$ 6.000.000

Receita até R\$ 5M

Base: 32%

Receita Excedente

Base: 35,2%

Cálculo da Base de Presunção

- $\text{R\$ } 5.000.000 \times 32\% = \text{R\$ } 1.600.000$
- $\text{R\$ } 1.000.000 \times 35,2\% = \text{R\$ } 352.000$
- Total base de cálculo = **R\$ 1.952.000**

Prestadores de serviços passam de 32% para 35,2% na base de cálculo sobre o valor excedente a R\$ 5 milhões.

Cálculo dos Impostos sem Planejamento

1

IRPJ - Parcela Básica

15% sobre base até R\$ 240 mil

$$15\% \times 240.000 = \text{R\$ } 36.000$$

2

IRPJ - Adicional

10% sobre excedente a R\$ 240 mil

$$(1.952.000 - 240.000) \times 10\% = \text{R\$ } 171.200$$

3

CSLL

9% sobre toda a base

$$9\% \times 1.952.000 = \text{R\$ } 175.680$$

R\$ 207k

Total IRPJ

R\$ 176k

Total CSLL

R\$ 383k

Carga Total

Sem planejamento tributário



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Planejamento Tributário: Estratégia para Economia



Analisar

Otimizar

Implementar

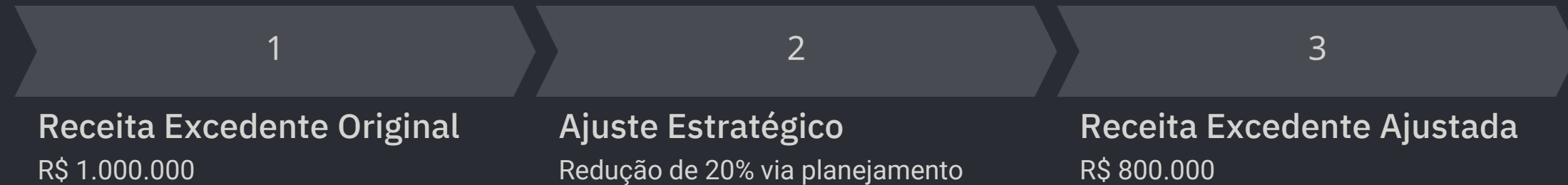
O **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRUTURADO** permite identificar oportunidades legítimas de economia fiscal no novo cenário.

Principais Estratégias de Otimização

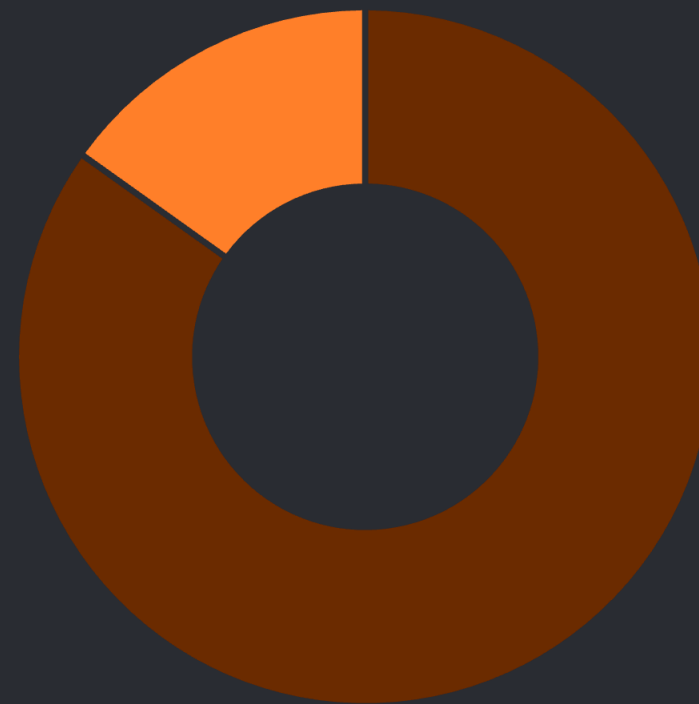
- **Reclassificação estratégica** de receitas e despesas para otimizar a base tributável
- **Aproveitamento inteligente** de créditos fiscais com a nova não cumulatividade do CBS/IBS
- **Reestruturação societária** e operacional para distribuição eficiente de receitas
- **Gestão proativa** do limite de R\$ 5 milhões ao longo do ano fiscal

❏ Exemplo prático: redução da receita tributável excedente em 20% via planejamento estruturado

Exemplo com Planejamento: Redução da Receita Excedente



Nova Base de Cálculo



Base até 5M Base Excedente

- Até R\$ 5 milhões: R\$ 1.600.000 (32%)
- Excedente ajustado: $R\$ 800.000 \times 35,2\% = R\$ 281.600$
- Total base de cálculo = **R\$ 1.881.600**

A base tributável total foi reduzida em **R\$ 70.400** através do planejamento estratégico.

Impostos após Planejamento

Recálculo do IRPJ

Parcela até R\$ 240k

$15\% \times 240.000$

R\$ 36.000

Parcela Excedente

$(1.881.600 - 240.000) \times 10\%$

R\$ 164.160

IRPJ Total

$36.000 + 164.160$

R\$ 200.160

Recálculo da CSLL

$9\% \times 1.881.600 = \text{R\$ } 169.344$

Nova Carga Tributária Total

$\text{IRPJ} + \text{CSLL} = \text{R\$ } 369.504$

Redução significativa em relação ao cenário sem planejamento tributário.



PROFESSOR
Silvio Crepaldi

Economia Tributária Obtida

R\$ 383k

Antes do Planejamento

Carga tributária original

R\$ 370k

Após Planejamento

Carga tributária otimizada

3,5%

Redução Percentual

Economia anual obtida

Economia Anual Absoluta

R\$ 13.376 em impostos economizados através do planejamento tributário estruturado

Impacto Estratégico

Resultado significativo para empresas com faturamento elevado e margens operacionais apertadas, melhorando competitividade e fluxo de caixa

Impacto do novo percentual de presunção do Lucro Presumido

Simulação de impacto no **setor de serviços**

Antes

Base de presunção
(IRPJ + CSLL)

32%

IRPJ
(15%)

4,8%

Adicional IRPJ
(10%)

3,2%

CSLL
(9%)

2,88%

Depois da LC 224/25

Aumento de 10% 

Base de presunção
(IRPJ + CSLL)

35,2%

IRPJ
(15%)

5,28%

Adicional IRPJ
(10%)

3,52%

CSLL
(9%)

3,17%

ESTUDO DE CASO 1 – Lucro Presumido (Comércio)

Uma empresa comercial apresentou, no 1º trimestre:

Receita Bruta: R\$ 1.200.000

Outras receitas financeiras: R\$ 20.000

Regime: Lucro Presumido

Dados Legais:

IRPJ: presunção 8% (comércio)

CSLL: presunção 12%

PIS: 0,65% (cumulativo)

COFINS: 3% (cumulativo)

Adicional IRPJ: 10% sobre lucro que exceder R\$ 60.000/trimestre

CÁLCULOS

Base IRPJ:

$$8\% \times 1.200.000 = 96.000$$

Base total (inclui receitas financeiras):

$$96.000 + 20.000 = 116.000$$

IRPJ:

$$15\% \times 116.000 = 17.400$$

Adicional:

$$(116.000 - 60.000) \times 10\% = 5.600$$

$$\text{IRPJ Total} = 23.000$$

CÁLCULOS

CSLL: $12\% \times 1.200.000 = 144.000$

Base total: $144.000 + 20.000 = 164.000$

CSLL: $9\% \times 164.000 = 14.760$

PIS: $0,65\% \times 1.200.000 = 7.800$

COFINS: $3\% \times 1.200.000 = 36.000$

Total Tributos Federais: $23.000 + 14.760 + 7.800 + 36.000 = \text{R\$ } 81.560$

Medidas Lícitas para reduzir a Carga Tributária no LUCRO PRESUMIDO



Revisão de Atividades

Realize uma análise detalhada de todas as atividades da empresa para garantir a classificação correta e aplicação dos percentuais de presunção mais adequados a cada operação.



Controle Trimestral

Implemente sistemas de controle rigoroso da receita acumulada por trimestre para evitar recolhimentos indevidos e possibilitar ajustes estratégicos ao longo do ano.



Incentivos Fiscais

Identifique e aproveite todos os incentivos fiscais legais ainda vigentes, incluindo regimes especiais setoriais e créditos tributários permitidos pela legislação atual.



Consultoria Especializada

Conte com assessoria profissional para análise aprofundada de viabilidade econômica de mudança para Lucro Real ou implementação de outras estratégias fiscais personalizadas.

‘Como Calcular o IRPJ no Lucro Presumido’



1

Passo 1: Calcular a Receita Bruta

Determine a receita total do período (ex: trimestre) proveniente das vendas de bens e serviços.

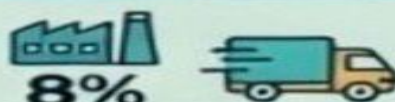
$$\begin{array}{lcl} \text{Vendas} & + & \text{Serviços} \\ \text{(Comércio)} & & \\ \text{R\$ 100.000} & + & \text{R\$ 50.000} \\ \hline & = & \text{Receita Bruta Total} \\ & & \text{R\$ 150.000} \end{array}$$



Passo 2: Aplicar Percentual de Presunção

Use o percentual correspondente à atividade para encontrar a base de cálculo.

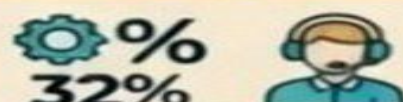
Comércio/Indústria



8%

$$\text{R\$ 100.000} \times 8\% = \text{R\$ 8.000} \\ \text{(Base Comércio)}$$

Serviços



32%

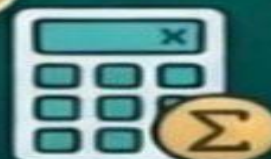
$$\text{R\$ 50.000} \times 32\% = \text{R\$ 16.000} \\ \text{(Base Serviços)}$$

Passo 3: Calcular a Base de Cálculo

Some as bases de cálculo encontradas no passo anterior.

$$\begin{array}{lcl} \text{Base Comércio} & + & \text{Base Serviços} \\ \text{(R\$ 8.000)} & + & \text{(R\$ 16.000)} \\ \hline & = & \text{Base de Cálculo Total} \\ & & \text{R\$ 24.000} \end{array}$$

2



4

Passo 4: Aplicar a Alíquota de 15%

Aplique a alíquota básica do IRPJ sobre a base de cálculo total.

$$\text{R\$ 24.000} \times 15\% = \text{IRPJ Básico} \\ \text{R\$ 3.600}$$

5

Passo 5: Adicional de 10% (Se aplicável)

Acrescente 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 20.000 por mês (R\$ 60.000 por trimestre).

Base de Cálculo Total = R\$ 24.000
Limite Trimestral = R\$ 60.000
Excesso = R\$ 0 (Não ultrapassou o limite)
Adicional = R\$ 0

$$\text{IRPJ Básico (R\$ 3.600)} + \text{Adicional (R\$ 0)} = \text{IRPJ Total a Pagar R\$ 3.600}$$

Total IRPJ a Pagar R\$ 3.600

PLANEJE hoje para crescer amanhã

O futuro pertence às empresas que transformam desafios tributários em oportunidades estratégicas





Planeje para Crescer com Segurança e Economia

O **planejamento tributário** no Lucro Presumido exige atenção às novas regras de 2026 e controle apurado da receita para evitar surpresas fiscais.

Estratégias simples, como segmentação de atividades e controle do faturamento, podem gerar economia significativa e melhorar seu fluxo de caixa.

Conte com profissionais especializados para garantir conformidade fiscal e maximizar benefícios legais disponíveis.

Comece agora: revise seu faturamento, organize sua contabilidade e prepare-se para um 2026 mais eficiente e lucrativo.

Referências e Fontes Oficiais

Base Legal

- **Lei Complementar nº 224/2025** - Marco legal da reforma tributária
- **Decreto nº 12.808/2025** - Regulamentação dos percentuais de majoração
- **Instrução Normativa RFB nº 2.305/2025** - Procedimentos de acompanhamento trimestral

Análises Especializadas

- Artigos de especialistas reconhecidos em direito tributário
- Pareceres técnicos de consultorias renomadas
- Estudos de casos publicados por entidades contábeis

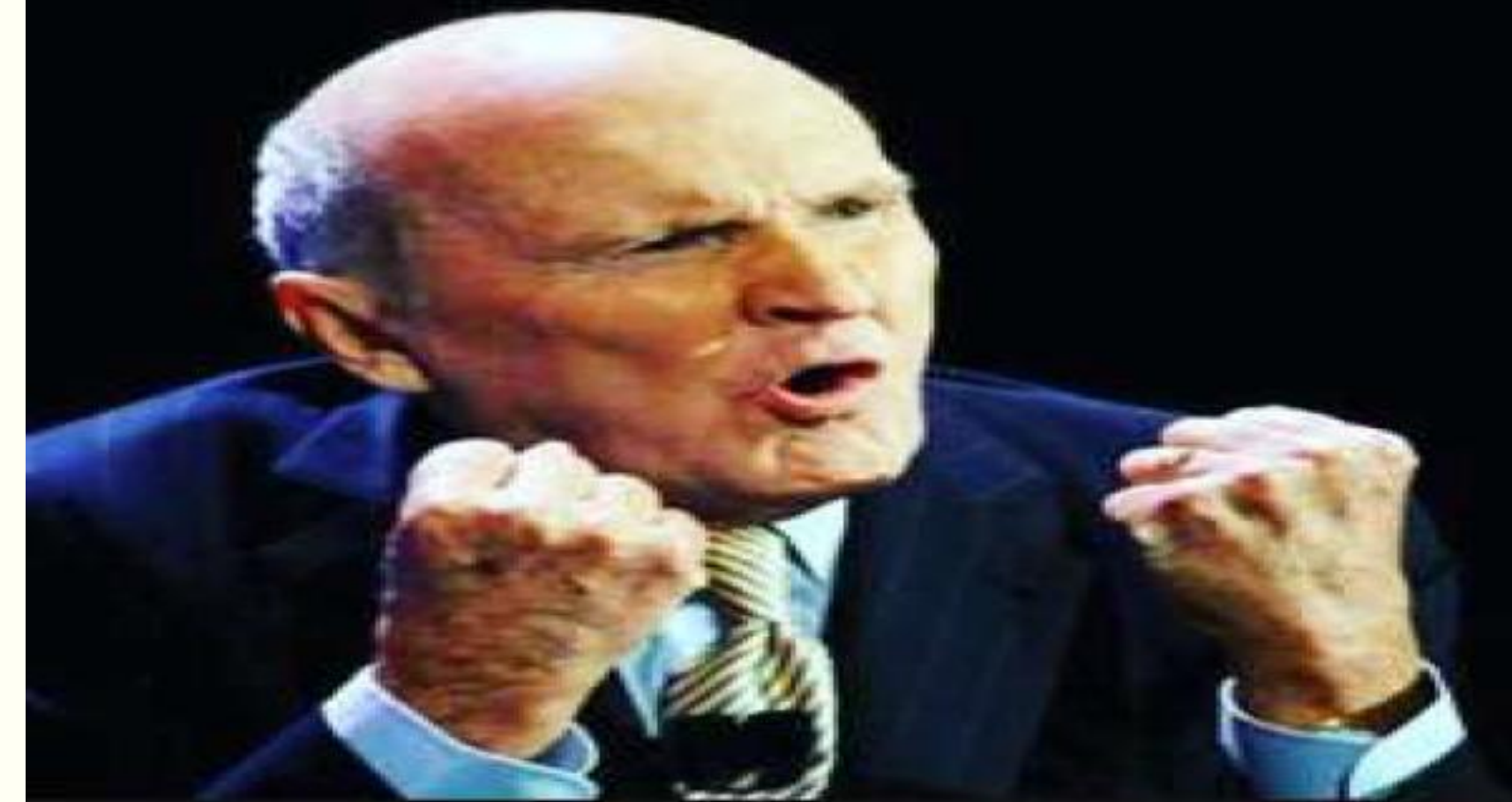


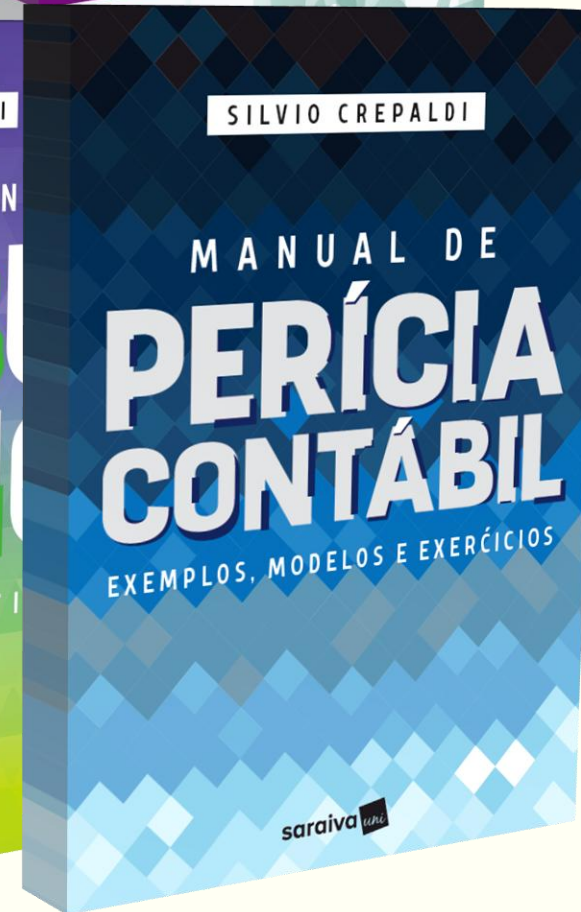
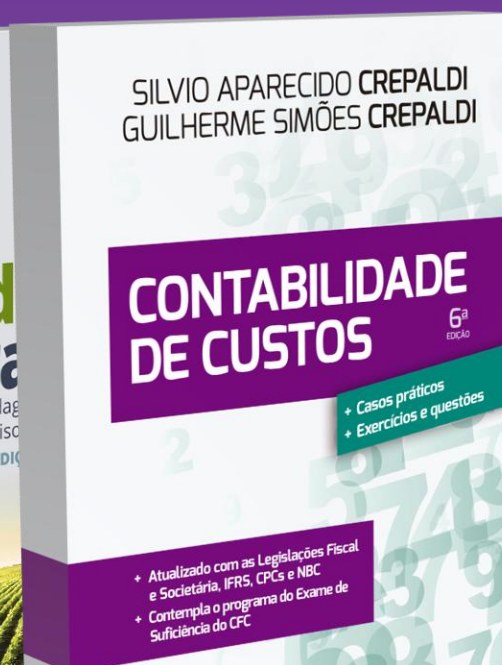
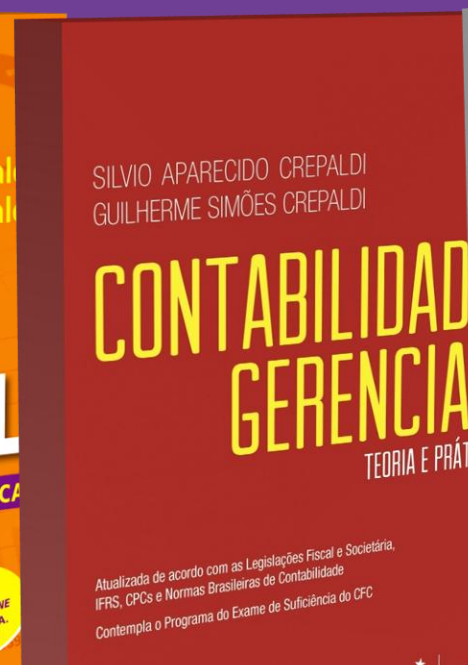
PROFESSOR

Silvio Crepaldi

"Você não pode fazer o trabalho de hoje com os métodos de ontem se pretende estar no mercado amanhã."

Jack Welch







Silvio Aparecido Crepaldi

ADVOGADO ♦ ADMINISTRADOR ♦ CONTADOR

Rua Antônio de Sousa Franqueiro, nº 247 - Bairro Jardim Finotti - Uberlândia - MG
CEP: 38.408-114 - (34) 99146 4528 - silvio@crepaldi.adv.br - www.crepaldi.adv.br

planejamento, elaboração e controle; Contabilidade Fiscal e Tributária: teoria e prática e Auditoria Fiscal e Tributária e Manual de Perícia Contábil. Autor da Editora Forense de: Direito Tributário e Direito Financeiro. Autor da Editora Juruá de: Direito Empresarial. Orcid: 0000-0002-8350-978X

A sociedade atual desenvolve-se de maneira globalizada, uma vez que a interferência sofrida nos países em virtude da globalização faz com que a informação chegue cada vez mais rápido a qualquer lugar do planeta. As empresas, por sua vez, seguem o caminho vislumbrado por essa rapidez evolutiva. Neste ínterim, o planejamento é fator primordial para a condução ao sucesso. Os objetivos desta obra são analisar a legalidade e a economicidade do planejamento tributário eficaz e identificar o regime adequado de tributação para as sociedades empresárias, a fim de reduzir sua carga tributária para alcançar resultados econômicos compensadores segundo os princípios constitucionais tributários. A metodologia de estudo caracteriza-se por uma pesquisa aplicada qualitativa, por se tratar de um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, tendo como objetivo fundamental a descoberta de respostas para problemas com o emprego de procedimentos científicos. Desenvolvemos um trabalho de identificação dentro das legislações tributárias, das oportunidades de eliminação ou minimização da carga tributária e das formas de maximizar a utilização de oportunidades legais nas diversas situações que resultam em benefícios fiscais ou que apresentam duas ou mais alternativas de procedimentos com resultados financeiros diferentes, de forma a propiciar ao empresário a escolha do procedimento legal menos oneroso, baseando-se no impacto do procedimento. A coleta de dados foi efetivada por meio de pesquisas bibliográficas em livros relacionados à matéria, artigos e revistas e consultas em sites específicos da internet, visando explicar a temática a partir de referências teóricas. Diante do estudo realizado, apresentamos algumas considerações importantes a respeito do planejamento fiscal e sobre como ele pode ajudar as organizações a melhorar seus resultados e, com isto, permanecerem no mercado e fomentarem a economia do país.

Appris
editorial



editora Appris

ANÁLISE DO PLANEAMENTO FISCAL PARA GRANDES SOCIEDADES EMPRESÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

Silvio Aparecido Crepaldi

Silvio Aparecido Crepaldi

ANÁLISE DO PLANEAMENTO FISCAL

PARA GRANDES SOCIEDADES
EMPRESÁRIAS BRASILEIRAS
E PORTUGUESAS

Appris
editora



Silvio Aparecido Crepaldi é doutor em Direito pela UAL – Lisboa, Portugal; mestre em Administração pela UFLA; graduado em Direito pela UNIFENAS – Alfenas, MG e em Ciências Contábeis e Administração pela FACECA – Varginha, MG. Docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da ESAMC – Uberlândia, MG e do IPOG – Instituto de Pós-Graduação e Graduação – Goiânia, GO. Autor da Editora Atlas – Grupo Gen de: *Contabilidade Rural – uma abordagem decisional*; *Curso Básico de Contabilidade*; *Curso Básico de Contabilidade de Custos*; *Contabilidade Gerencial – teoria e prática* e *Auditoria Contábil: teoria e prática*. Autor da Editora Saraiva de: *Planejamento Tributário: teoria e prática*; *Orçamento Público*;



Contato

Prof. Dr. Silvio Aparecido Crepaldi



www.crepaldi.adv.br



professorcrepaldi@crepaldi.adv.br